

# Colombia Internacional

## CONVOCATORIA

---

### Colombia Internacional

Escola de Ciências Sociais Departamento de Ciencia Política • Universidad de los Andes  
(Colômbia)

Chamada

Gênero e política

Editores convidados: Lina Álvarez Ph. D, Universidad de los Andes (Colombia), Angelika Rettberg Ph. D, Universidad de los Andes (Colombia) y José Fernando Serrano Ph. D, Universidad de los Andes Colombia

Neste número especial, queremos incluir olhares diversos sobre a relação entre gênero e política. É do nosso interesse contribuições que nos permitam entender se e como a inclusão de um olhar de gênero nas transformações econômicas e políticas que o mundo vem vivendo nas últimas décadas tem transformado a política (tanto a que ocorre no âmbito das instituições estatais e da cooperação internacional quanto a que os partidos políticos e os movimentos sociais protagonizam, e a que se reflete nas preferências dos/das eleitores), como o exercício da política varia segundo o gênero, em que tipo de agendas políticas a variável de gênero vem tendo mais (ou menos) impacto e como diferentes setores sociais (igrejas, jovens, comunidades acadêmicas, entre outros) vêm reagindo à inclusão da variável de gênero nas prioridades sociais. Este número pretende atrair olhares de diferentes países a fim de oferecer as perspectivas de variados contextos culturais, sociais, políticos e econômicos.

**Palavras-chave:** gênero, feminismo, política; movimentos sociais; Estado; mudança social

Apesar de as conquistas feministas virem de décadas atrás, nos últimos vinte anos, presenciou-se uma nova transformação na relação entre gênero e política na América Latina (Chant & Craske, 2003) e no mundo. Já não é suficiente só com abrir e ocupar espaços antes negados às mulheres (como o voto, o mundo profissional ou a vida fora do casamento), com garantir um lugar na mesa. A relação atual entre gênero e político interpela as estruturas em si e as relações de poder das sociedades (Mies, 2019; Segato, 2016; Gutiérrez-Aguilar, 2017), propõe discussões identitárias e demanda cada vez mais igualdade. A discussão vem se ampliando ainda mais com o desenvolvimento, contribuições e críticas feitos a partir de movimentos que questionam as normas do gênero e da sexualidade, e que apresentam desafios para as compreensões tradicionais da política, do poder e de como é ou deve ser exercido (Curiel Pichardo, 2010; Encarnacion, 2011; Namaste, 2012; Pecheny & Dehesa, 2011; Richardson & Monro, 2013; Serrano-Amaya, Rodríguez Rondón, & Daza-Niño,

# Colombia Internacional

## CONVOCATORIA

---

2020). Os espaços em que essas transformações ocorrem são institucionais, culturais, econômicos e sociais.

As três pessoas que promovem esta chamada vêm trabalhando o tema de gênero sob diferentes ângulos. Lina Álvarez estuda os pensamentos decoloniais e os feminismos do Sul global, com o intuito de encontrar alternativas para a política Estadocêntrica e para a economia do crescimento. Atualmente, coordena o comitê de gênero da Faculdade de Ciências Sociais da Universidad de los Andes, Colômbia. Angelika Rettberg é especialista em temas de conflito armado e construção da paz. Com parte de seu trabalho como codiretora do *Gender, Justice, and Security Hub* da London School of Economics, adota crescentemente uma perspectiva de gênero para entender as experiências diferenciais das mulheres na guerra e na construção da paz. José Fernando Serrano pesquisa as mobilizações sociais LGBTQI+, seu papel na construção da paz e a resposta do Estado a suas demandas por meio de políticas públicas específicas. Neste número, uniram esforços para analisar a nova etapa da relação entre gênero e política.

### Referencial teórico

O crescente e contínuo trabalho dos feminismos questiona e transforma as formas da política. Isso se expressa, por um lado, no ganho de espaços no Estado e na participação de mulheres em estruturas e instituições estatais; por outro, na crescente urgência e visibilização de movimentos que constroem formas alternativas de política em cenários não estatais, que vão mais além do Estado e contra ele, como o mostram os feminismos decoloniais (Segato, 2018; Lugones, 2016), comunitários (Gutiérrez-Aguilar, 2017; Paredes e Comunidad Mujeres Creando Comunidad, 2014; Tzul Tzul, 2019) e os ecofeminismos (Merchant, Shiva, Mies); além disso, na irrupção na política partidária de discursos provenientes de movimentos sociais que historicamente se centralizavam em trabalhar no contexto territorial com organizações de base. O assunto é complexo e os feminismos são sempre plurais. Dessa forma, temas que antes eram excluídos do debate político ou tinham um lugar periférico nele, mas que vêm fazendo parte das agendas dos feminismos há muitos anos (por exemplo, as cotas de gênero, a inequidade na remuneração dos trabalhos de cuidado ou os temas ambientais), começam a ganhar força na esfera pública. Seja por convicção, persuasão, seja por conveniência, os atores da política consideram as variáveis de gênero e se adaptam a elas como nunca visto. É por isso que pode ser afirmado que a política já não é a mesma como resultado dos feminismos e da irrupção das mulheres em espaços antes inacessíveis.

Essa transformação da política vem gerando reações contrárias, estratégias para impedir o avanço ou implementar suas demandas e inclusive novos confrontos e violências (Bonet-Martí, 2021). O resultado é um cenário de disputas e tensões sobre os sentidos da política para os objetivos dos feminismos e as mobilizações que questionam os ordenamentos do gênero e da sexualidade. Assim, enquanto para algumas perspectivas a luta pela equidade de

# Colombia Internacional

## CONVOCATORIA

---

gênero se foca em garantir a paridade de participação nas instituições políticas já existentes (Fraser, 2008), em atingir a igualdade de salários e dos direitos reprodutivos, existem outros olhares que — sem ignorar essas lutas — questionam as estruturas estatais de participação política e o sistema econômico baseado na acumulação crescente de capital, pois veem nelas a causa das injustiças baseadas em gênero (Federici, 2018; Young, 1997, Crenshaw, 2022). Esses feminismos denunciam a relação estrutural entre patriarcado, violências baseadas em gênero e instituições estatais (Segato, 2016), bem como, sob perspectivas críticas dos sistemas de opressão fundamentados em hierarquias de gênero e sexualidade, questionam-se o heterossexismo (Peterson, 1999) e o cissexismo da política (Serano, 2016; Wayar, 2018). Do mesmo modo, enquanto uns feminismos denunciam a íntima relação entre classe e gênero (como acontece nos feminismos de inspiração marxista), outros feminismos incluem a dimensão racial e a destruição da natureza como elementos das lutas feministas (como ocorre nos feminismos africanos, afrodiaspóricos e indígenas; Davis, 2016; Lugones, 2007; Vandana & Maria, 2014).

Várias dessas perspectivas reivindicam a importância de criar formas de participação política locais e descentralizadas, que garantam o direito de decisão dos povos sobre temas que afetam seus corpos e territórios, ao mesmo tempo que afirmam a importância de construir uma política que se centralize na regeneração das condições materiais e simbólicas de existência, em vez de se focar nas economias do desenvolvimento. Finalmente, alguns desses feminismos questionam as noções hegemônicas do masculino e abrem espaço para pensar a importância de integrar o questionamento e transformação das masculinidades como parte de novas apostas políticas (Connell, 2015; Valdés & Olavarría, 1997; Viveros, 2007).

### Eixos temáticos

De acordo com o objetivo apresentado, este número especial faz um chamamento a contribuições relacionadas ou que explorem os temas a seguir.

- 1) **Impactos das transformações econômicas, políticas e institucionais nas relações de gênero e Estado(s):** quais mudanças a inclusão da variável “gênero” e os diversos feminismos trouxeram para os Estados e como estes vêm colocando-as em andamento? Quais suas principais conquistas nos Estados e em outras instituições sociais nacionais e internacionais, e o que impede seu avanço? No contexto internacional, qual o impacto dos instrumentos internacionais da Organização das Nações Unidas como a Declaração de Pequim, Convenção sobre a Eliminação de todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres, a Resolução sobre Mulheres, Paz e Segurança nas realidades nacionais e nas relações internacionais, e qual o papel da cooperação internacional no fomento da agenda de gênero?
- 2) **Feminismos e novas noções da política:** como os movimentos feministas vêm transformando as lógicas da política? Quais os efeitos de estratégias como leis de

# Colombia Internacional

## CONVOCATORIA

---

cotas, acesso a espaços de representação ou inclusão narrativa? Quais e como são as similitudes, diferenças e conflitos entre as diversas noções da política propostas pelos feminismos? Quem são os novos atores que começam a ser considerados como agentes políticos a partir dos feminismos (pensamos, por exemplo, na concepção da natureza como ator político segundo os ecofeminismos)?

- 3) **Gênero, sexualidade e transições políticas:** como estão sendo generalizadas e sexualizadas as transições políticas? De que maneira os movimentos feministas e de diversidade ou dissidência sexual estão **interpelando** e interagindo com essas transições?
- 4) **Autoritarismos, conservadorismos e novas agendas de gênero e política:** quais as reações contra as transformações da política lideradas pelos feminismos? Como estão interagindo essas tendências de mudança e retrocesso em determinados contextos? Quem as lidera e como estão agindo?

Durante o período da chamada, eles podem enviar seus manuscritos através do link <https://gestionrevistas.uniandes.edu.co/index.php/colombia-int/submissions>

Todos os artigos seguirão este processo de avaliação: em primeiro lugar, a equipe editorial da revista verificará se o artigo cumpre com os requisitos básicos exigidos bem como sua pertinência para ser incluído na publicação. Em seguida, será submetido à avaliação por dois pares acadêmicos e ao parecer do Comitê Editorial. O resultado será comunicado ao autor num período de seis meses a partir do fechamento desta chamada. Os artigos submetidos à Colombia Internacional não podem estar simultaneamente em processo de avaliação em outra publicação.

### Bibliografia

- Bonet-Martí, J. (2021). Los antifeminismos como contramovimiento: una revisión bibliográfica de las principales perspectivas teóricas y de los debates actuales. *Teknokultura*, 18(1), 61-71.
- Connell, R. (2015). *Masculinidades*. México: Universidad Nacional Autónoma de México.
- Corrêa, S. (2018). A “política do gênero”: um comentário genealógico. *Cadernos Pagu*(53), 1-16. doi:10.1590/18094449201800530001
- Creenshaw, Kimberlé (2022). *On Intersectionality. Essential writings*, New Press.
- Curiel Pichardo, R. Y. O. (2010). *El régimen heterosexual de la nación. Un análisis antropológico lésbico-feminista de la Constitución Política de Colombia de 1991*. (Maestría en Antropología), Universidad Nacional de Colombia, Facultad de Ciencias Humanas, Departamento de Antropología, Bogotá.
- Chant, S., & Craske, N. (2003). *Gender in Latin America*. New Brunswick: Rutgers University Press.

# Colombia Internacional

## CONVOCATORIA

---

- David, P., & Roman, K. (2018). Disentangling and Locating the “Global Right”: Anti-Gender Campaigns in Europe. *Politics and Governance*, 6(3), 6-19. doi:10.17645/pag.v6i3.1557
- Davis, A. (2016). *Mujeres, raza y clase* (3ª ed.). Madri: Ediciones Akal.
- Encarnacion, O. G. (2011). Latin america's gay rights revolution. *Journal of Democracy*, 22(2), 104-118.
- Federici, Silvia (2018). *El patriarcado del salario*. Catalán Altuna, M. (trad.), Madri: Traficantes de sueños.
- Fraser, N. (2008). *Escalas de justicia*. Barcelona: Herder.
- Fraser, Nancy. 1989. *Unruly Practices: Power, Discourse, and Gender in Contemporary Social Theory*.
- Gutiérrez-Aguilar, Raquel (2017). *Horizontes comunitario-populares. Producción de lo común más allá de las políticas estado-céntricas*, Madri, Traficantes de sueños.
- Lugones, Maria. 2016. “The Coloniality of Gender”, *The Palgrave Handbook of Gender and Development*, pp.13-33.
- Lugones, M. (2007). Heterosexuality and the Colonial/Modern Gender System. *Hypatia*, 22(1), 186-219.
- Mies, M. (1998). *Patriarchy and Accumulation on a World Scale. Women in the International Division of Labour*. Zed Books.
- Namaste, V. K. (2012). *Sex change, social change : reflections on identity, institutions, and imperialism* (Second ed.). Toronto: Women’s Press.
- Paredes, J. y Comunidad mujeres creando comunidad. (2014). *Hilando fino desde el feminismo comunitario*. México: El rebozo, Zapatéandole, Lente flotante (et al.)
- Pecheny, M., & Dehesa, R. d. l. (2011). Sexualidades y políticas en América Latina: un esbozo para la discusión *Sexualidad, estado y procesos políticos* (pp. 31-79). Rio de Janeiro: Sexuality Policy Watch.
- Peterson, V. S. (1999). Political Identities/Nationalism as Heterosexism. *International Feminist Journal of Politics*, 1(1), 34-65. doi:10.1080/146167499360031
- Rettberg, Angelika, Salazar-Escalante, Luisa, Vargas Parada, María Gabriela e Vargas Zabaraín, Laura (próximo a publicar). “El género en la intersección entre el conflicto armado y la construcción de paz en Colombia: Un balance”, em *Colombia Internacional*.
- Richardson, D., & Monro, S. (2013). Public duty and private prejudice: sexualities equalities and local government. *The Sociological Review*, 61(1), 131-152. doi:10.1111/1467-954X.12007
- Segato, Rita (2016), *La guerra contra las mujeres*, Madri: Traficantes de sueños.
- Segato, Rita (2013), *La crítica de la colonialidad en ocho ensayos. Y una antropología por demanda*, Buenos Aires: Prometeo.
- Serano, J. (2016). *Whipping girl : a transsexual woman on sexism and the scapegoating of femininity*. Seattle: Seal Press.

# Colombia Internacional

## CONVOCATORIA

---

- Serrano-Amaya, J. F., Rodríguez Rondón, M. A., & Daza-Niño, N. (2020). *Public Policies Toward LGBT People and Rights in Latin America*: Oxford University Press.
- Shiva, V. (1988). *Staying Alive : Women, Ecology and Survival in India*. Kali.
- Tzul Tsul, Gladys (2019). “Sistemas de gobierno comunal indígena: la organización de la reproducción de la vida”, em: *Producir lo común. Entramados comunitarios y luchas por la vida*, Madrid: Traficantes de sueños, pp. 121-138
- Valdés, T., & Olavarría, J. (Eds.). (1997). *Masculinidad/es. Poder y Crisis*. Santiago: Isis Internacional.
- Vandana, S., & Maria, M. (2014). *Ecofeminism* (Vol. [2nd edition]). Londres: Zed Books.
- Viveros Vigoya, Mara (2016). “La interseccionalidad: una aproximación situada a la dominación”. *Debate Feminista* 52, pp. 1–17.
- Viveros, M. (2007). Teorías feministas y estudios sobre varones y masculinidades. Dilemas y desafíos recientes. *La manzana de la discordia*, 2(4), 25-36.
- Wayar, M. (2018). *Travesti. Una teoría lo suficientemente buena*. Buenos Aires: Editorial Muchas Nueces.
- Young, Iris (1997). *Intersecting voices: dilemmas of gender, political philosophy, and policy*. Princeton, New Jersey: Princeton University Press.